

**ACTA**

Aos dois dias do mês de Junho do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **INTERVENÇÕES** -----

1 – Vereadora Luísa Oliveira – a) – Lamentou a selecção que os meios de comunicação social fazem das notícias que transmitem e a forma como elas são transmitidas, muitas vezes violando a reserva da vida privada das pessoas em momentos de fragilidade e de grande debilidade; **b)** – Deu conhecimento de três acções de formação na área da inclusão social, designadamente na reabilitação de profissões, pedindo à comunicação social que noticie esta informação, como sendo uma notícia positiva. **2 – Vereador José Torcato Ribeiro – a)** – Começou por dizer que subscrevia, na íntegra, a intervenção da Vereadora Luísa Oliveira; **b)** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Após breve consulta ao Caderno de Encargos da Plataforma das Artes, nomeadamente à área da iluminação, constatei que cerca de 85% dos materiais propostos pelos projectistas não são produzidos em

Portugal. Este pequeno exemplo, aleatório, é demonstrativo das políticas que têm sido seguidas até aqui e que nos levaram à situação ruínosa que hoje vivemos. Tendemos a comprar, inconscientemente, produtos que não sendo produzidos em Portugal, aumentam a nossa dependência externa. É necessário mudar de modelo e, a Câmara, como entidade promotora de obra pública, deve sensibilizar os elementos das equipas de projecto para a prioridade na escolha de produtos fabricados no nosso país. A aposta na dinamização do mercado interno, diminui as importações, aumenta a nossa produção nacional, reforça o nosso tecido empresarial e torna-nos menos dependentes do exterior. Em meu entender a defesa da produção nacional deve ser uma política de Estado.”; **c)** - Alertou para a necessidade de a Câmara, através do Senhor Presidente, assumir uma posição pública e inequívoca sobre a CEC 2012, no que diz respeito aos episódios que têm vindo a público, que têm gerado um clima de desconfiança pouco abonatório para os intervenientes. Disse, ainda, que o silêncio, entrecortado esporadicamente por acções paralelas, fora da alçada da Administração, que visam tornear algumas dificuldades sentidas pela comunidade, criou um clima de expectativa e ansiedade na sociedade vimaranense, que exige, com urgência e frontalidade, uma clarificação que permita, de uma vez por todas, com serenidade, levar a realização deste evento a bom porto. Concluiu, referindo que é necessária uma posição que ponha, de uma vez por todas, ponto final na desconfiança instalada, afaste a intriga, promova o entendimento entre as partes envolvidas e coloque a CEC 2012, que é já amanhã, definitivamente nos carris. **3 – Vereadora Francisca Abreu –** Começou por manifestar apreensão com a saída do Dr. Carlos Martins do cargo de Director de Projecto da Fundação Cidade de



Guimarães, uma vez que estava a trabalhar com Guimarães, muito especialmente com o projecto da Capital Europeia da Cultura, desde a segunda fase de elaboração do programa e a segunda reunião de apresentação da candidatura, em Bruxelas, em 2008, tendo desde então uma participação excepcional no projecto, e dado um contributo fundamental para a sua riqueza e qualidade, acrescentando que o projecto tem a sua marca. Acrescentou que a saída do Dr. Carlos Martins significa a ruptura, que pode ser fatal e irreversível para o projecto, entre a concepção e construção do programa, a concepção e construção da programação e a implementação do projecto de Guimarães 2012. Por outro lado, demonstrou uma preocupação profunda relativamente ao impasse verificado quanto à celebração do protocolo entre a Fundação Cidade de Guimarães e a Cooperativa "A Oficina" para a produção cultural da CEC 2012. Assim, disse que a contratualização efectiva desta colaboração tem sido sucessivamente adiada embora o documento tenha sido remetido para a Fundação Cidade de Guimarães em Novembro do ano passado. Continuou, dizendo que até ao momento não houve qualquer resposta, salientando que a última data apontada para o desfecho da celebração do protocolo foi o dia 31 de Maio. Por último, advertiu que esta situação pode pôr em sério risco o projecto e que se não for dada uma resposta no curto prazo, podem não estar reunidas as condições para se celebrar o protocolo pois o ónus das situações poderem correr mal cairá sobre a Cooperativa "A Oficina" e não sobre a Fundação Cidade de Guimarães, sendo que a missão da execução da Capital Europeia da Cultura é da Fundação e não da "A Oficina". Finalmente, anunciou que o Dr. Carlos Martins, responsável que integrou a equipa que elaborou o programa da candidatura de Guimarães a

Capital Europeia da Cultura, se encontra disponível para trabalhar com a Cooperativa "A Oficina". **4 – Presidente da Câmara –** Sobre as intervenções, esclareceu: **a)** – Disse subscrever totalmente a intervenção da Vereadora Luísa Oliveira no que respeita ao tratamento dado pelos órgãos de comunicação social a situações dramáticas da vida de algumas pessoas; **b)** – Sobre os materiais a utilizar na Plataforma das Artes disse que será feita essa recomendação referindo, no entanto, que não se poderá ir além do que consta das peças do respectivo processo; **c)** – Reconheceu que o projecto da Capital Europeia da Cultura pertence à Autarquia, lembrando a recente auscultação realizada junto de agentes culturais concelhios, na tentativa de ultrapassar as preocupações existentes relativamente à programação cultural. Perante o facto de ainda não ter sido assinado o protocolo entre a Fundação Cidade de Guimarães e a Cooperativa "A Oficina" que deverá ser responsável pela produção da maioria dos espectáculos da CEC, disse que a Fundação não pode protelar a celebração do protocolo que está já preparado, e que assegura um financiamento destinado a desenvolver as acções previstas, referindo que a própria Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) está demonstrou preocupação por não ter havido uma prestação rápida ao nível da candidatura. Informou que a reprogramação final do projecto só foi remetida à CCDRN há poucos dias, quando deveria ter seguido em Janeiro, estando em causa a disponibilização de uma importante tranche financeira na ordem dos 15 milhões de euros. Por último, deixou uma mensagem muito clara à administração da Fundação Cidade de Guimarães, exigindo mudanças a curto prazo, e fez um apelo à Cooperativa "A Oficina" para que assuma a produção do evento com o gestor Carlos Martins. -----



----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Disse que, mais uma vez, solicitou à Estradas de Portugal a colocação de uma grade de protecção no viaduto do Monte Largo, existente sobre o traçado da Circular Urbana; **2** – Deu conhecimento da realização, em Neuchâtel, de 6 a 11 de Junho, da Semana Portuguesa, com o objectivo de dar a conhecer produtos portugueses, estando programado um conjunto de actividades culturais, entre as quais se destacam uma exposição de fotografias de Guimarães e actuações de ranchos folclóricos e de uma Tuna Académica de Portugal; **3** – Informou que a cidade de Tourcoing se encontra a preparar festividades na sua cidade para celebrar, durante todo o ano de 2012, o evento “Guimarães Capital Europeia da Cultura”, estando presente em Guimarães, no período do 24 de Junho, uma delegação liderada pelo seu Presidente, M. Michel François Delannoy, e composta por elementos das entidades culturais de Tourcoing, assim como do departamento cultural do Município; **4** – Deu conhecimento de que a Câmara Municipal iniciou um estudo urbanístico tendo em vista a melhoria da circulação viária e pedonal na Rua Dr. José Sampaio potenciando a requalificação urbanística daquela área da cidade, aproveitando a presença da Ribeira de Couros e contribuindo para uma ligação mais franca e qualificada do centro da cidade com o parque da cidade. Para o efeito, disse que a Câmara Municipal já procedeu ao contacto com os proprietários de dois terrenos que são fundamentais para a intervenção, tendo em vista encontrar a melhor solução para o local em coerência com os objectivos enunciados e resposta equilibrada às expectativas dos proprietários; **5** – Disse que a Câmara Municipal vai fiscalizar o funcionamento de esplanadas no Largo da Oliveira e na Praça de

S. Tiago estando a ser elaborado um projecto para, em 2012, uniformizar os materiais colocados nas esplanadas. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

Foi aceite, por unanimidade, votar, fora da ordem do dia, as seguintes propostas. -----

PROTOCOLOS – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO

AVE – AVE SOCIAL – Presente, para aprovação, a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com a Associação de Municípios do Vale do Ave tendo por objectivo o desenvolvimento da Operação AVE SOCIAL, enquadrada no âmbito do ON. 2 – O NOVO NORTE – Promoção e Capacitação Institucional – Redes Institucionais, bem como o desenvolvimento de todas as acções necessárias à concretização da candidatura. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

CARTA ABONATÓRIA – CLUBE INDUSTRIAL DE PEVIDÉM –

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Considerando que: - No âmbito do processo de renovação do Alvará do Campo de Tiro do Clube Industrial de Pevidém, a decorrer na Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública, foi solicitado a esta Câmara Municipal a emissão de uma declaração denominada “Carta Abonatória” que confirme a existência do Clube Industrial de Pevidém, na cidade de Guimarães desde 1933; - Este Clube tem por fins o desenvolvimento intelectual e físico dos seus associados, proporcionar distrações e divertimentos, criar e manter o stand de Tiro para a prática de tiro desportivo, em todas as modalidades; - Anualmente, o Clube leva a efeito nas suas instalações provas desportivas oficiais nacionais, tuteladas pela Federação Portuguesa de Tiro com armas de caça, para além de realizar provas internacionais, nomeadamente os Campeonatos da



Europa e Campeonatos do Mundo, sob a égide da Federação Internacional de Tiro, sendo que o último aconteceu este ano, de 2 a 8 de Maio, provas que em muito têm contribuído para o desenvolvimento económico, turístico, social e desportivo do concelho de Guimarães; - Os atletas daquele Clube participam em todo o tipo de provas locais, regionais, nacionais e internacionais, divulgando a cidade de Guimarães, quer a nível regional, nacional e internacional e trazendo importantes troféus. Propõe-se, tendo em conta o interesse deste equipamento para o concelho de Guimarães, a emissão da carta abonatória solicitada, de forma a fundamentar o pedido de renovação do Alvará em causa.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Absteve-se a Vereadora Luísa Oliveira. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

1 - Do ofício da VITRUS Ambiente, EM, SA, remetendo, para conhecimento, os Instrumentos de Gestão Previsional 2011, bem como o Relatório e Contas de 2010, que se encontram disponíveis para consulta na Secretaria Geral desta Câmara Municipal; **2** - Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 3 de Maio de 2011, que adjudicou a empreitada "**Veiga de Creixomil - Caminho da Variante e Caminho Real - Creixomil**", ao concorrente "M. Couto Alves, SA", pelo valor de €457.643,68 + IVA, para um prazo de execução de 180 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA - ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2011. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do Órgão

Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. –
OBRAS PÚBLICAS – REABILITAÇÃO DO CAMPO DE SÃO MAMEDE E REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DO MONTE LATITO – ERROS E OMISSÕES – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 19 de Maio de 2011, exarado na informação que se anexa, foi aprovada a lista de erros e omissões aceites respeitante ao procedimento do “Reabilitação do Campo São Mamede e Requalificação Urbanística do Monte Latito”. De acordo com o estabelecido no n.º 5 do art. 61º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, a lista de erros e omissões deveria ter sido aprovada pelo órgão competente para decisão de contratar, neste caso a Câmara Municipal. Contudo, verificando-se incompatibilidades entre os prazos estabelecidos por aquele diploma legal para a disponibilização da lista de omissões aceites e a periodicidade das reuniões de câmara, o Sr. Presidente aprovou a respectiva lista. Submete-se pois, a ratificação do executivo camarário o despacho do Sr. Presidente da Câmara de 19 de Maio de 2011. A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – CASA DA MEMÓRIA – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Casa da Memória, submete-se à consideração superior, nos termos do art.º 36º do Código dos Contratos Públicos – CCP (Decreto – Lei 18/08 de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 278/09 de 2 de Outubro), a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para



efeitos do art.º 38º do CCP, propõe-se face ao valor económico estimado de €2.450.000,00 (dois milhões quatrocentos e cinquenta mil euros) + IVA, a satisfazer pela dotação 2.5.1.22 do Plano Plurianual de Investimentos a adopção de Concurso Público, nos termos da alínea b), do art.º 19º, do CCP. **3.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca o Caderno de Encargos e o Programa de Procedimento com: Fixação do parâmetro base do preço contratual em €2.450.000,00 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 240 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **4.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal: Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes – a) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. b) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – Coordenadora Técnica do Departamento de Obras Municipais. **5.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução.” O Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador André Coelho Lima solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse transcrita em acta.** Assim,

recordou a Câmara Municipal que tinha vindo a público a existência de dificuldades na obtenção de financiamento comunitário para este equipamento, sendo que, segundo disse, *“é-nos proposto que aprovemos hoje uma proposta de concurso público para o dispêndio de €2.450.000,00, pelo que a questão relevante é saber se foi ou não conseguido o apoio comunitário inicialmente previsto”*. Isto porque, completou, *“caso não tenha sido conseguido o apoio comunitário previsto é importante perceber-se como vão ser pagos, isto é, quem vai pagar, estes €2,5 milhões”*, tendo ainda manifestado que nessa situação, é necessário perceber-se porque motivo em concreto foi perdido o financiamento comunitário e quem serão os responsáveis por essa situação. -----

OBRAS PÚBLICAS – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – NOVO ACESSO PEVIDÉM/SELHO S. CRISTÓVÃO

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: **1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: “Novo Acesso Pevidém/Selho S. Cristóvão, submete-se à consideração superior, nos termos do art.º 36º do Código dos Contratos Públicos – CCP (Decreto – Lei 18/08 de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 278/09 de 2 de Outubro), a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos do art.º 38º do CCP, propõe-se face ao valor económico estimado de €1.500.000,00 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.24 do Plano Plurianual de Investimentos a adopção de Concurso Público, nos termos da alínea b), do art.º 19º, do CCP. **3.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca o Caderno de Encargos e o Programa de Procedimento com: Fixação do parâmetro base do preço contratual em 1.500.000,00 + IVA; Fixação de um prazo de



vigência do contrato a celebrar de 180 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **4.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal: Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes – a) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. b) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **5.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução.” O Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS – FORNECIMENTO DE 1.300.000 LITROS DE GASÓLEO – CONCURSO PÚBLICO N.º 1/11 – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – Presente, para aprovação, a minuta do contrato do fornecimento em epígrafe, adjudicado por deliberação de 19 de Maio de 2011 a “Petróleos de Portugal – Petrogal, SA” pelo preço de €1.374.100,00 (um milhão trezentos e setenta e quatro mil e cem euros) + IVA. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS – PROPOSTA PARA ABERTURA DE CONCURSO – CONCURSO PÚBLICO N.º 7/2011 – FORNECIMENTO CONTÍNUO DE GÁS PROPANO A GRANEL – Presente a seguinte informação do Departamento Financeiro: “Submete-se para aprovação superior o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, a repartição de encargos e a abertura do presente procedimento para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e nos seguintes termos: **Bem ou serviço: Fornecimento contínuo de gás propano a granel – Anos civis de 2012 e 2013. Preço base:** 360.000,00€ + I.V.A. (23%). **Repartição de encargos:** - Ano 2012: 180.000,00€; - Ano 2013: 180.000,00€. **Classificação económica:** 02010299. **Procedimento:** Propõe-se a adopção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respectiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães. **Júri: Efectivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Directora do Departamento Financeiro; **Vogais:** - Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; - Sónia Raquel Ferreira Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Projectos Financeiros; **Vogais Suplentes:** - Clara Maria Soares, Técnica Superior; - Laura Mina Amaro Paço Quesado, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efectiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro. **Propõe-se que os esclarecimentos, as rectificações de erros ou omissões e prorrogações de prazos, sejam delegados no Júri do concurso.”** O Programa de Concurso e o Caderno de Encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa



ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador José Manuel Antunes não participou na discussão e na votação da proposta. -----**

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES POR EMPRESA DE RESTAURAÇÃO

– Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Educação: "1. Objecto: Prestação de serviços de fornecimento de refeições em refeitórios escolares por empresa de restauração. 2. Considerando que: - A presente prestação de serviço se destina a assegurar o fornecimento de refeições às crianças e alunos dos Centros Escolares de Pevidém e Pinheiral/Caldelas e das EB1/JI Igreja/Sande S. Martinho, Teixugueira/Silvares, Passal/Longos, Cruzeiro/Gondar e Monte/Guardizela no biénio 2012-2013, e que, como tal, a execução das tarefas associadas a estes serviços requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em fornecimento de refeições em refeitórios escolares, em grande escala; - Os serviços municipais não dispõem de recursos quer humanos, quer técnicos, para a prestação deste serviço junto das escolas supra referidas; - Se trata da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de prestação de serviços de fornecimento de refeições em refeitórios escolares por empresa de restauração, considerando os seguintes elementos: a) a despesa para o biénio 2012-2013 estima-se em €918 225,00 (novecentos

e dezoito mil duzentos e vinte e cinco euros), acrescida de IVA à taxa legal em vigor. b) a verba, para fazer face a esta despesa, será inscrita na rubrica 2.1.2.56, referente a refeitórios escolares de jardins de infância e 1º CEB, no orçamento de 2012, conforme informação em anexo. c) o procedimento de formação do contrato será mediante concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea b), do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos. d) os encargos a suportar com este procedimento têm relevância em mais do que um ano económico pelo que deverá, ainda, ser objecto de aprovação pela Assembleia Municipal a respectiva repartição de encargos. e) a redução prevista no art.º 22.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro será aplicada, se em vigor.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS – PROPOSTA PARA ABERTURA DE CONCURSO – CONCURSO PÚBLICO N.º 8/2011 – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES POR EMPRESA DE RESTAURAÇÃO

– Presente a seguinte informação do Departamento Financeiro: Submete-se para aprovação superior, o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, a repartição de encargos e a abertura do presente procedimento, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e nos seguintes termos: Bem ou serviço: Prestação de serviços – Fornecimento de refeições em refeitórios escolares. Período de vigência: 2 anos civis (2012 e 2013). Preço base: 918.225,00€ + IVA (13%). Repartição de encargos: - Ano 2012: 454.300,00€; - Ano 2013: 463.925,00€. Classificação económica: 020105. Plano: 2.1.2.56 A. Procedimento: Propõe-se a adopção do concurso público, previsto



na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respectiva aprovação do Júri abaixo mencionado. Entidade competente para adjudicar: Município de Guimarães. Júri: Efectivos: Presidente – Anabela Moreira Lima, Directora do Departamento Financeiro; Vogais: - Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; - Sónia Raquel Ferreira Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Projectos Financeiros; Vogais Suplentes: - Clara Maria Soares, Técnica Superior; - Laura Mina Amaro Paço Quesado, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efectiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro. Propõe-se que os esclarecimentos, as rectificações de erros ou omissões e prorrogações de prazos, sejam delegados no Júri do concurso. O pedido de parecer prévio ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, para autorização da Câmara Municipal, será presente a aprovação pela Divisão de Educação conforme despacho de 18/05/2011. À consideração superior.” O Programa de Concurso e o Caderno de Encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – FORNECIMENTO DE UMA SOLUÇÃO DE CÓPIA, IMPRESSÃO E DIGITALIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Sistemas de Informação: “1. Objecto: Prestação de serviços de fornecimento de uma solução de cópia, impressão e digitalização, para o Município de Guimarães. 2. Considerando que: - A presente prestação de serviço se destina a assegurar o

fornecimento de uma solução de cópia, impressão e digitalização, para o Município de Guimarães, por um período de cinco anos, com início em 2011 e terminação em 2016. A execução das tarefas associadas a estes serviços requer a disponibilização de equipamentos de digitalização, cópia e impressão, de um software de gestão, bem como o fornecimento de consumíveis e assistência técnica, para os serviços do Município, que funcionam nos edifícios principais; - Os serviços municipais não dispõem de recursos materiais, quer humanos, quer técnicos, para a prestação deste serviço junto dos departamentos municipais; - Se trata da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de prestação de serviços de uma solução de cópia, impressão e digitalização, para o Município de Guimarães, por empresas especializadas do ramo, considerando os seguintes elementos: a) A despesa para o período 2011-2016 estima-se em €304.242,00, (trezentos e quatro mil duzentos e quarenta e dois euros), acrescida de IVA à taxa legal em vigor. b) A despesa encontra-se cabimentada na rubrica 1.1.1.06, referente à Modernização Administrativa, conforme declaração de cabimento em anexo. c) O procedimento de formação do contrato será mediante concurso público com publicação no Diário da República e no JOUE, nos termos da alínea b), do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos, conforme caderno de encargos que se juntam em anexo. d) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a



contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como dos respectivo conjugues, algum parente, ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com que viva em economia comum. e) Não se aplica a redução remuneratória, prevista no art.º 19 da Lei do Orçamento Geral do Estado de 2011, em virtude de o contrato a celebrar ser um contrato misto, que se enquadra na alínea a) do nº 2 do art.º 69 do Decreto-Lei nº 29-A/2011 de 1 de Março.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 14 e nas unidades económicas 02.02.08, 02.02.19 e 07.01.07. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – ASSISTÊNCIA JURÍDICA – ACÇÃO JUDICIAL – CONCURSO PÚBLICO “PLATAFORMA DAS ARTES” – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: **“1. Objecto:** Apoio Jurídico no âmbito de uma acção judicial, nomeadamente no processo de contencioso pré-contratual nº 809/11.0BEBRG, interposto pela “BRITALAR – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, S.A.”, contra o Município de Guimarães, no âmbito do concurso público para a execução da empreitada “PLATAFORMA DAS ARTES”, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em Advocacia, na área da Contratação Pública; Não foi consultado o Departamento de Recursos Humanos, tendo em conta que nenhum técnico jurista que ocupa posto de trabalho no mapa de pessoal pode exercer Advocacia; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; **3. Proposta:**

Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a prestação de apoio e acompanhamento jurídico, sob a forma de mandato judicial; b) A despesa total estima-se em €4.050,00 (quatro mil e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, considerando que será aplicada a redução remuneratória prevista art. 19.º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro; c) A esta despesa correspondente a declaração de cabimento nº 3921; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Directo, ao abrigo da alínea a), do nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos, contratando-se, para o efeito, a Sociedade de Advogados “COELHO RIBEIRO E ASSOCIADOS-SOCIEDADE CIVIL DE ADVOGADOS, R.L.”, tendo em conta a manifesta urgência verificada, considerando os prazos de dedução de oposição e de contestação, assim como o reconhecimento da competência técnica e experiência dos profissionais que integram esta sociedade, na área específica em causa; e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum; f) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art. 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro. Assim, uma vez que o valor é de €4.500,00 (quatro mil e quinhentos euros), foi aplicada uma taxa de redução de 10,00 %, sendo agora de €4.050,00 (quatro mil e cinquenta



euros).” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Ainda há muito pouco tempo atrás, em 21.04.2011, aprovamos aqui uma criativa alteração aos contratos de avença em vigor, relativos à prestação de serviços jurídicos ao Município de Guimarães, pela sociedade vimaranenses GAMA LOBO XAVIER, LUÍS TEIXEIRA E MELO – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, R.L. No texto da deliberação que então aqui aprovamos, na proposta, pode ler-se: *“propõe-se que a Câmara Municipal autorize a celebração dos seguintes contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, para representação judicial e extrajudicial em procedimentos de diversas áreas do Direito, com a sociedade GAMA LOBO XAVIER, LUÍS TEIXEIRA E MELO – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, R.L., da seguinte forma: ... celebração de contrato com os Srs. Drs. Luís Teixeira e Melo e Francisco Gama Lobo, daquela Sociedade, para representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos relativos ao direito administrativo, ao direito civil e à contratação pública.”* Ora, em face do exposto, é absolutamente notório que o âmbito da cobertura daquele contrato de avença permite que seja incluída a representação que agora nos pretendem fazer votar, isto é, inclui-se claramente a representação judicial e extrajudicial, e inclui-se claramente o âmbito do direito administrativo e de contratação pública, que é o ramo do Direito no qual se discute esta acção intentada contra o Município. Assim sendo, como se compreende que nos pretendam fazer aprovar o pagamento de €4.050,00 à sociedade lisboeta COELHO RIBEIRO E ASSOCIADOS – SOCIEDADE CIVIL DE ADVOGADOS, R.L. quando sabemos que o contrato de avença em

vigor cobre perfeitamente este âmbito de representação? Porque nos propõem o dispêndio de €4.050,00 aos cofres do Município, quando o mesmo Município já despende €2.400,00/mês num contrato de avença que já cobre esta área? Será que consideram a sociedade vimaranense que tem a relação de avença com a Câmara não tem os *conhecimentos e formação especializados e experiência em Advocacia, na área da contratação pública*? Se assim é, então porque fizeram estender o âmbito da avença para as áreas do direito administrativo e da contratação pública? Porque considerarmos absolutamente injustificado o pagamentos destes €4.050,00 por ser numa área em que já existe cobertura mediante uma relação de avença em vigor, e ainda agora assinada (há menos de 2 meses), não pactuamos com este desperdício de dinheiro público pelo que votaremos **contra** esta proposta.” -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – FESTAS NICOLINAS – Presente a seguinte proposta da Vereadora Francisca Abreu: “Em Novembro de 2008, a Comissão Especializada de Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Tempos Livres da Assembleia Municipal de Guimarães emite o “Parecer acerca do cabimento de sugestão de elevação das Festas Nicolinas a Património Cultural Imaterial da Humanidade” que, sob a forma de Proposta de Recomendação, propõe: 1 - *Que a Câmara Municipal de Guimarães constitua, no âmbito dos seus serviços, uma Comissão Técnica que integre, além dos peritos e consultores científicos necessários, representantes da comunidade Nicolina, designadamente das entidades formalmente constituídas em torno do fenómeno nicolino, tendo em vista a condução de um processo que vise a classificação das Festas Nicolinas como Património Cultural Imaterial da Humanidade;* 2 - *Que a Câmara Municipal de*



Guimarães promova e apoie, na medida das suas disponibilidades financeiras, a realização de estudos científicos especializados, designadamente, no âmbito da história comparada, da antropologia e da sociologia, sobre o fenómeno nicolino e, em particular, sobre a sua realidade actual. Na sequência de proposta formulada pela Vereadora da Cultura, e do despacho nela exarado pelo Presidente da Câmara, foi constituída uma Comissão com o objectivo de “estudar a viabilidade de apresentação” de uma candidatura. Ouvidas as entidades consideradas relevantes para este processo – a Comissão Nacional da UNESCO e o Departamento do Património Imaterial do Ministério da Cultura, analisada a legislação nacional e a legislação internacional vertida para o nosso ordenamento jurídico, a referida Comissão concluiu: “*Atenta a missão atribuída a esta Comissão, e atendendo apenas às características da manifestação em causa, concluímos pela viabilidade de apresentação de uma candidatura das Festas Nicolinas à Lista Representativa do Património Imaterial da UNESCO, candidatura essa que, necessariamente, e sem prejuízo da disponibilidade manifestada pelas instituições envolvidas, obriga à definição de uma entidade existente ou a criar que se constitua como interlocutor e responsável pelo processo e a um aturado trabalho de investigação e caracterização, imprescindível ao correcto preenchimento do formulário de candidatura e respectiva instrução com suportes documentais e multimédia.*” Nesta sequência, foram encetadas pesquisas no sentido de encontrar investigadores e/ou entidades que reunissem condições para desenvolver o referido trabalho de investigação, tendo desde logo resultado claro que, atendendo às suas características, o mesmo teria que ser desenvolvido numa perspectiva antropológica. Dos contactos informais então estabelecidos,

designadamente com as universidades do Minho e Nova de Lisboa, resultou inequívoco que a entidade melhor posicionada em Portugal para desenvolver o trabalho pretendido era o CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia que, por sua vez, congrega diversas entidades do ensino superior. O Centro em Rede de Investigação em Antropologia é uma unidade de investigação inter-institucional vocacionada para a investigação em antropologia social e cultural. É um centro recém-criado que obteve a classificação de “Muito Bom” no último exercício de avaliação da FCT e resulta da fusão de duas anteriores unidades de I&D da FCT também avaliadas com “Muito Bom” — o Centro de Estudos de Antropologia Social (CEAS / ISCTE) e o Centro de Estudos de Migrações e Minorias Étnicas (CEMME / FCSH-UNL). A estas duas anteriores unidades reconhecidas pela FCT juntaram-se outros centros e grupos de investigação (CEEP/FCSH-UNL, NEA/UM, ETNA/FCSH-UNL) e um grupo de investigadores do Centro de Investigação em Antropologia (CIA / FCT-UC), bem como outros investigadores sem filiação a qualquer unidade de investigação. Em termos funcionais o CRIA está dividido em quatro pólos institucionais, localizados em quatro instituições de ensino superior (ISCTE, FCSH-UNL, FCT-UC, UM). Cada pólo desenvolve de forma autónoma as suas actividades promovendo também actividades conjuntas com outras unidades de investigação e ensino/formação. Tem como principal objectivo promover o avanço e a internacionalização da Antropologia Portuguesa, tendo definido as seguintes linhas de acção: a) Desenvolvimento de projectos de pesquisa teórica e aplicada; b) Organização de eventos que promovam o debate científico e a difusão da pesquisa (congressos, seminários e conferências); c) Edição de publicações científicas que permitam a difusão dos resultados de projectos de



investigação a nível nacional e internacional; d) Organização de cursos e de actividades relacionadas com a formação pós-graduada; e) Encorajamento da colaboração internacional em rede, no desenvolvimento de projectos e grupos de investigação e de promoção científica; f) Reforço das relações de cooperação com instituições congéneres, nacionais e internacionais; g) Acolher estudantes do ensino superior, licenciados e investigadores de pós-graduação nas suas actividades de investigação e contribuir para a sua integração na comunidade científica. [APRESENTAÇÃO COMPLETA DA ENTIDADE EM ANEXO] Encontrada que estava a entidade, tratava-se então de procurar que a mesma propusesse à Câmara Municipal a constituição de uma equipa que aliasse preparação teórica e académica, experiência e prática no desenvolvimento de trabalhos similares e conhecimento de Guimarães e das Festas Nicolinas. A partir da análise e ponderação dos curricula dos investigadores que constituirão a equipa de investigação, formámos a convicção de que tal equipa assegurava cabalmente aquelas condições, integrando inclusivamente um investigador natural de Guimarães. [NOTAS BIOGRÁFICAS E CURRICULA DOS INVESTIGADORES EM ANEXO] Seguidamente, foram discutidos e concertados todos os aspectos metodológicos, cronológicos e financeiros pertinentes, pelo que estamos agora em condições de formalizar o necessário pedido de parecer prévio para celebração do respectivo contrato de aquisição de serviços. No capítulo da metodologia a adoptar, e tal como sugerido no parecer da Comissão Especializada da Assembleia Municipal, entendemos que seria de prever à partida que, no decurso do trabalho de investigação, houvesse lugar à realização de apresentações intercalares no sentido de promover a partilha com as entidades e cidadãos vimaranenses que para tal tenham

vocação ou interesse, suscitando a sua participação e envolvimento nos trabalhos. Entretanto, cumpre esclarecer que, por indefinições verificadas do lado do CRIA, não foi possível apresentar este pedido mais cedo. Contudo, reconhecendo que tais dificuldades não poderiam prejudicar o trabalho a desenvolver, toda a equipa de investigação se encontra a trabalhar desde meados de Outubro de 2010, tendo portanto efectuado já trabalho de campo durante a última edição das Festas Nicolinas. **PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – 1. Objecto –** Aquisição de estudo sobre as Festas Nicolinas – **1.1 Objectivos gerais –** Realização de um estudo antropológico, apoiado numa investigação documental e etnográfica aprofundada, abrangendo as dimensões históricas, sociais, culturais e identitárias das Festas Nicolinas. - Avaliação dos aspectos científicos e sócio-culturais de uma eventual candidatura das Festas Nicolinas a “Património Imaterial da Humanidade” a propor pelo MG ao Governo da República portuguesa, no âmbito dos procedimentos previstos pela convenção da UNESCO para a salvaguarda do património imaterial. - Avaliação de uma eventual candidatura das Festas Nicolinas a “Património imaterial da humanidade” no panorama dos projectos de mesmo tipo já levados a cabo ou em curso em Portugal e noutros países. **1.2. Objectivos específicos –** Elaboração de um **relatório final** respondendo de maneira pormenorizada e justificada aos objectivos gerais definidos no ponto anterior. - Elaboração de um manuscrito (com ilustrações) com vista à publicação de um livro seguindo as regras do rigor académico e obedecendo a uma exigência de acessibilidade ao público não-científico. Os custos de produção da publicação não são incluídos nos honorários previstos neste contrato. O MG será



detentor dos direitos de autor caso entenda concretizar a publicação. - Realização de **duas sessões de apresentação dos resultados dos trabalhos e de discussão pública da sua orientação**. - Realização da apresentação da investigação final em sessão pública a realizar em 2013. - Avaliação do interesse, da exequibilidade e da sustentabilidade de uma **plataforma internet** consagrada à investigação sobre todas as problemáticas relacionadas com o património imaterial (e identificação dos agentes culturais vimaranenses susceptíveis de colaborar no projecto). **2. Calendarização** – Junho de 2011: início do trabalho de terreno (após contrato); Novembro de 2011: 1ª sessão pública; Novembro de 2012: 2ª sessão pública; Entrega do relatório final: até 30 de Junho de 2013; Entrega do manuscrito: até 30 de Setembro de 2013; Apresentação pública da investigação: em 2013 (data a definir). **3. Considerandos** – A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em investigação em antropologia; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **4. Proposta** – Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal emita parecer prévio favorável à abertura de procedimento para a seguinte aquisição de serviço: a) Objecto do contrato (em 1.); b) Preço: €50.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de

acordo com o seguinte cronograma: 50% na assinatura do contrato; 25% em Junho de 2012; 25% após a entrega do relatório e do manuscrito (2013); c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 02.02.14, correspondente ao ano de 2011; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo, ao abrigo da al. a) do n.º 1, do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, ao CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia, pelos motivos constantes da presente proposta; e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 02.02.14. Os documentos acima mencionados dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador André Coelho Lima solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse transcrita em acta. Assim, transmitiu uma nota de enorme regozijo por, finalmente, seis anos após a apresentação da moção na Assembleia Municipal pelo PSD, em 15 de Dezembro de 2005 (depois subscrita e aprovada por todos os partidos presentes), três anos depois da aprovação por unanimidade do parecer da Comissão Especializada da Assembleia Municipal, e após quatro intervenções por si próprio efectuadas em Assembleia Municipal, como líder da bancada do PSD, e outras três intervenções efectuadas em reunião de Câmara, enquanto vereador, finalmente terem sido dados passos decisivos com vista à eventual submissão da candidatura das Festas Nicolinhas a Património Imaterial da Humanidade, reconhecido pela UNESCO.



Recordou que foi esta candidatura das Nicolinas quem conduziu à própria ratificação, para produzir efeitos em Portugal, da Convenção da UNESCO para o Património Imaterial pela Assembleia da República, na sequência de ofício do Presidente da Assembleia Municipal de 7 de Março de 2007, emitido, por sua vez, no seguimento do requerimento nº 02/2006 do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal, de 2 de Novembro de 2006, solicitando ao Presidente da Assembleia essa mesma actuação. Manifestou esta nota de satisfação pessoal com esta concretização, ainda que tardia, do projecto de candidatura, tendo feito questão de recordar as pessoas e entidades que foram importantes para termos chegado a este momento, designadamente as seguintes: a) Dr. Lino Moreira da Silva, pessoa responsável pela sugestão pública da candidatura; b) Todos os partidos então com assento na Assembleia Municipal (PSD, PS, PCP, CDS, BE e PCTP/MRPP); c) Todos os membros da Comissão Especializada da Assembleia Municipal que elaboraram o parecer que foi depois aprovado em plenário por unanimidade. Terminou chamando a atenção para a existência de um enfoque porventura excessivo na antropologia a que estará subjacente o estudo, deixando a vertente sociológica para um plano menor, o que em sua opinião se poderá revestir num erro pois a vertente sociológica do evento é aquela que lhe confere a sua dimensão actual. Por outro lado, referiu que a participação e envolvimento das instituições nicolinas, embora referido na proposta de texto, está muito vaga e indeterminada, pelo que urge que seja definida uma forma concreta de participação activa das instituições que melhor percebem, vivenciam e interpretam o fenómeno.” -----

PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO AMIGÁVEL DE TERRENO PARA PERMITIR A CONSTRUÇÃO DA ROTUNDA DA VARIANTE DE

CAMPELOS – FREGUESIA DE PONTE – PROCº 40/15/2001 –

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Câmara Municipal de Guimarães, já no decurso da obra da Variante de Campelos, detectou que se tornava necessário adquirir uma parcela de terreno com a área de 59,10m², para permitir a correcta inserção da rotunda da Variante de Campelos. Face à informação do DPPU quanto à necessidade de aquisição da parcela em causa, solicitou-se a um perito da lista oficial a avaliação do terreno. De acordo com o relatório elaborado pelo perito, a aquisição da parcela de terreno em causa poderá atingir o montante de €3.100,00. Atendendo a que o valor pretendido pelo expropriado era de €2.955,00, foi comunicado ao interessado que a autarquia aceitava pagar o valor por si petitionado. Considerando a aceitação expressa pelo Sr. António Ribeiro Teixeira, e em caso de aceitação superior, deverá a câmara municipal deliberar adquirir, nos termos do artigo 11º do Código das Expropriações, uma parcela de terreno com a área de 59,10m², a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº. 02.185/Ponte e do artigo urbano 3507º, a confrontar do Norte e Poente com restante prédio e do Sul e Nascente com Rua Reitor Joaquim A. M. Torres, pelo preço de €2.955,00 (dois mil novecentos e cinquenta e cinco euro), permitindo desta forma a concretização do projecto da rotunda da Variante de Campelos. À consideração superior.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.03.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DEFINIÇÃO DOS LIMITES DOS CONCELHOS DE GUIMARÃES E PÓVOA DE LANHOSO NAS FREGUESIAS DE DONIM E SANTO EMILIAÑO – Presente a seguinte informação do Director



do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: "Refere-se a presente informação técnica aos limites administrativos do concelho de Guimarães (com o concelho adjacente de Póvoa de Lanhoso), nomeadamente entre as freguesias do Donim e Santo Emilião. Na sequência do desenvolvimento do trabalho de revisão e consensualização dos limites do concelho, verifica-se que, no caso em apreço, encontra-se já redefinido o limite administrativo entre Donim e Santo Emilião, tendo essa mesma redefinição merecido já a aprovação das respectivas Juntas e Assembleias de Freguesia. Perante tal, importa agora submeter a mesma redefinição de limites ao Órgão Executivo e Assembleia Municipal de modo a promover a sua aprovação e validação. Face ao exposto, propõe-se remeter à próxima reunião de Câmara a presente redefinição de limites do concelho de Guimarães no que reporta à freguesia de Donim, anexando para tal: 1 - mapa com o novo limite proposto e ofício da Junta de Freguesia de Donim; 2 - acta da reunião das Assembleias de Freguesia de Donim e Santo Emilião (Póvoa de Lanhoso); 3 - mapa com sobreposição do limite do concelho proposto com o limite do concelho constante da Carta Administrativa Oficial de Portugal e Plano Director Municipal." Os documentos acima mencionados dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PROTOCOLO – COOPERATIVA A OFICINA – FIXAÇÃO DO MONTANTE DO FINANCIAMENTO A ASSEGURAR PELA AUTARQUIA À COOPERATIVA A OFICINA, CIPRL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 67º DA LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI

Nº 5-A/2002 DE 11 DE JANEIRO – Presente a seguinte proposta: “Em Março de 2010, a Câmara Municipal de Guimarães deliberou aprovar um protocolo de colaboração com a Cooperativa A Oficina, válido até ao final de 2012. Refere tal protocolo que, por deliberação a votar nos anos de 2011 e de 2012, a Câmara fixaria o montante global de financiamento e respectivo fraccionamento mensal respeitantes aos restantes anos de produção de efeitos do referido Protocolo de Colaboração. Nessa conformidade, proponho que o montante a atribuir à referida Cooperativa se mantenha, em 2011, nos €2.000.000,00 (dois milhões de euros), a pagar em duodécimos.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 05.01.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOSCOLOS – PROJECTO CULTURIS – PROTOSCOLO A CELEBRAR COM A UNIVERSIDADE DO MINHO – Presente a seguinte proposta da Vereadora Francisca Abreu: “Considerando que: Guimarães, enquanto “espaço e tempo pátrio” envolto de simbolismos vários, constitui uma força cultural simbólica com projecção universal que reclama responsabilidades várias, nomeadamente: (1) as que advêm de ser cidade Património da Humanidade; (2) as que derivam da necessidade de responder aos princípios que estão associados ao facto de ser membro da UCCLA (aberta a cidades com dimensão histórica ou cultural lusófona significativa); (3) as que resultam da vontade de construir o conceito Guimarães Cidade Capital Europeia da Cultura 2012, no momento actual, muito expectante para a Europa e para Mundo. É importante potenciar os princípios que regem uma Cidade que se propõe Criativa e Inovadora. É necessário responder a reptos vários e próprios das sociedades actuais, que contribuam para a nação do conhecimento, onde a preocupação fulcral foca os



cidadãos de todas as idades e condições sociais no núcleo de uma rede, para, desejavelmente, comunicar com espaços formais e informais de educação/formação, empresas, associações, bibliotecas, museus, entre outros. É pertinente: (1) mediar o conhecimento (num espaço relacional plural), viabilizar ofertas diversificadas e estimular a apresentação de projectos empreendedores pelos cidadãos, desenvolvendo o espírito crítico, participativo, criativo e de inovação, de forma a construírem a coesão social numa Cidade Criativa e Inovadora; (2) integrar o saber teórico, prático e da experiência colectiva vivida, enquanto espaço valioso e atractivo para as empresas, para os espaços culturais/formativos/de solidariedade social e para os habitantes da cidade. A UMinho e a CMG estão interessadas numa colaboração mútua nas áreas supra identificadas. Tendo em conta os pressupostos enunciados, proponho a aprovação da minuta do protocolo em anexo, estabelecendo os termos em que o Município de Guimarães e a Universidade do Minho acordam uma colaboração, designada de "Projecto CULTURis", que visa a Concepção de Sistemas de Informação para o Desenvolvimento Global, nomeadamente no suporte à implementação dos conceitos de Cidadania, Criatividade, Inovação Cultural e Formativa na Cidade de Guimarães." A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CARTA DE AMIZADE E COOPERAÇÃO COM DIJON – Presente a seguinte proposta: "Tendo por objectivo criar e desenvolver projectos concretos de cooperação mútua numa perspectiva de coesão económica e social das diferentes regiões da Europa, procurando dar expressão às orientações da União Europeia apelando à participação das colectividades locais, de forma

descentralizada e directa, neste esforço de aproximação, num contexto de mundialização da economia, e considerando: - a importância das cidades, no contexto europeu e mundial, no que respeita à construção de uma governança participada, à qualidade de vida dos cidadãos e ao acesso à educação e à cultura; - os laços históricos que unem as comunidades de Guimarães e Dijon, cidade natal do Conde D. Henrique, pai do primeiro Rei de Portugal; - a existência, em Dijon, de uma numerosa comunidade portuguesa; - os laços informais já estabelecidos em resultado dos contactos e visitas recíprocas já efectuados, que permitem antever reais possibilidades de implementação de acções de cooperação, Proponho que o Município de Guimarães formalize com a cidade francesa de Dijon relações de amizade e cooperação, nos termos da Carta cuja minuta se anexa.” A Carta de Amizade e Cooperação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador André Coelho Lima solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse registada em acta.** Assim, após ter sido esclarecido acerca das diferenças concretas entre um Acordo de Amizade e Cooperação, como este que agora se propõe, e uma Geminação, questionou a Câmara acerca do ponto de situação acerca da Proposta de Recomendação remetida pela Assembleia Municipal já em 13 de Julho de 2007, nos termos da qual os partidos com assento na Assembleia Municipal, por unanimidade, entenderam submeter à Câmara uma recomendação para que esta iniciasse os processos para estudo da geminação de Guimarães com as cidades berço das restantes nações lusófonas, permitindo-se por essa via que Guimarães se assumisse com o título, que é seu, de «*Berço da Lusofonia*». De seguida, sustentou que, independentemente de tal Proposta de Recomendação



merecer ou não a concordância da Câmara, ela terá que ao menos receber uma qualquer resposta, pois que se trata de uma recomendação unânime dos partidos com assento no parlamento local, que se encontra desde Julho/2007 na posse da Câmara, não tendo conhecido até hoje qualquer resposta e/ou posição. Mais sustentou que se trata de um objectivo estratégico para Guimarães, permitindo-se por uma via que é pouco mais que simbólica, a assumpção de uma bandeira, de mais uma marca de Guimarães, afirmando-se não apenas perante Portugal, mas perante todo o mundo lusófono, como «Berço da Lusofonia». -----

PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – CONTRIBUTOS E SUGESTÕES EM SEDE DE AUDIÇÃO DE ENTIDADES – Presente a seguinte

proposta do Vereador César Machado: "Consultadas as entidades previstas no Decreto-Lei n.º 48/96 de 15 de Maio, actualmente republicado pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril, resulta dos respectivos contributos um conjunto de sugestões que mereceu cuidada apreciação. Como resulta da informação técnica prestada pelo grupo de trabalho encarregado de elaborar a proposta de regulamentação, e que mereceu concordância do Vereador signatário, as razões que fundamentam as sugestões de alterações propostas, embora atendíveis de um ponto de vista socio-económico, cultural ou até político, não se encontram juridicamente sustentadas em termos que possam ser acolhidas no Regulamento por apontarem motivações genéricas que exorbitam das possibilidades e circunstancialismos que poderiam levar o Município a restringir os horários propostos para a generalidade dos estabelecimentos e em particular para o caso

específico das grandes superfícies. Assim, e atentas as limitações definidas no diploma – o referido Decreto-Lei n.º 48/96 de 15 de Maio, entende-se manter a proposta já apresentada ao executivo municipal. Aproveitou-se para proceder à correcção da numeração de dois artigos do Regulamento, cujas alíneas, por lapso, haviam sido deficientemente indicadas, designadamente nos art.ºs 3.º e 6.º.” O Vereador César Machado propôs que a proposta fosse retirada para ulterior estudo. **DELIBERADO, POR**

UNANIMIDADE, RETIRAR O ASSUNTO. -----

REGULAMENTOS – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO MERCADO VENDA POR GROSSO – LOCAL, DIAS E HORÁRIO

– Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Serviços Urbanos: “Na sequência de inúmeras solicitações feitas pelos comerciantes, a Câmara Municipal está disponível para alterar o actual local do Mercado Abastecedor, na Quinta da Granja, freguesia de Aldão, para o novo recinto da Feira Semanal, na Rua do Mercado Municipal, freguesia de Creixomil, já durante o mês de Junho. No entanto, para que esta mudança seja possível, será necessário proceder a algumas alterações ao Regulamento em vigor, publicado em 13 de Janeiro de 2003, nomeadamente nos dias de realização do mercado, assunto que foi objecto de diálogo negocial com os actuais comerciantes. Deste modo, submete-se à consideração superior a aprovação, pela Câmara Municipal, e posterior ratificação pela Assembleia Municipal, da alteração dos artigos abaixo referidos e que passarão a ter as seguintes redacções: Artigo 1º: “(...) relativas à actividade exercida no Mercado de Venda por grosso, adiante designada por Mercado”; Número 1 do artigo 2º: “(...) em recinto próprio, localizado na Rua do Mercado Municipal, na freguesia de Creixomil.”; Artigo 7º: “No Mercado funciona a venda (...)”; Número 1 do artigo 10º: “O



Mercado funcionará às terças-feiras, das 5h00 às 11h00, às quintas-feiras, das 18h00 às 23h00, e aos Sábados, das 5h00 às 11h00". Junta-se, em anexo, o Regulamento do Mercado de Venda por Grosso em vigor como Doc. 1, bem como o referido regulamento com as alterações agora propostas como Doc. 2. O Vereador José Manuel Antunes colocou algumas questões do foro jurídico relativamente a esta proposta, pelo que o Vereador Amadeu Portilha solicitou que a mesma fosse retirada para ulterior estudo. **DELIBERADO RETIRAR O ASSUNTO.** -----

TAXAS – SUBMISSÃO DE PEDIDOS *ON-LINE* PARA EMISSÃO DE CERTIDÕES E EMISSÃO DE CERTIDÕES *ON-LINE* – CRIAÇÃO DE NOVAS TAXAS

– Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão Administrativa: "Com o objectivo de diminuir o número de atendimentos presenciais, promovendo, assim, a redução dos correspondentes tempos de espera por forma a tornar mais eficiente o atendimento municipal, o Município de Guimarães propôs-se disponibilizar aos seus cidadãos canais de comunicação alternativos que lhes proporcionem a obtenção de informação, designadamente através de um Balcão Virtual de atendimento telefónico e *on-line*. Este projecto prevê, portanto, o atendimento por duas vias: **Através do telefone:** pretendendo-se um atendimento telefónico capaz de fornecer aos utentes a informação de que necessitam, e que não seja um mero serviço de reencaminhamento de chamadas; **Através da Internet,** com duas soluções diferentes: Balcão Virtual de Chat – um balcão de atendimento virtual para informações relativas à instrução de pedidos. Submissão de pedidos *on-line* – proporcionando aos utilizadores a possibilidade de fazerem requerimentos por Internet, não tendo assim necessidade de se deslocarem aos serviços, podendo, inclusivamente, proceder ao pagamento das

correspondentes taxas através de Multibanco. Prevê-se que no decurso do corrente ano seja possível ao Município emitir, para os seus utentes, certidões através de pedidos formulados via Internet, pelo que se torna necessário criar uma taxa para a cobrança dos custos relativos a estes serviços. Esta taxa poderá ser distinta para os pedidos cuja certidão emitida seja enviada ao utente através do correio, dos pedidos cuja certidão seja entregue ao utente pela mesma via, isto é, através da Internet, sem recurso ao documento materializado em papel. Esta diferença de tratamento justifica-se pelo facto de, com o pedido apresentado via Internet, serem reduzidos os custos com a emissão das certidões, nomeadamente, no primeiro caso, os custos com o atendimento presencial e a tramitação do processo em suporte de papel. No segundo caso, a redução de custos será maior porque o processo tramita todo em suporte informático, não necessitando de ser utilizado qualquer suporte em papel. Por outro lado, e no âmbito do programa "Simplex Autárquico", as medidas de simplificação devem assentar na análise dos processos de uma determinada actividade administrativa e ter como objectivo modificá-los, de tal forma que sejam reduzidos os custos de contexto e os encargos administrativos para os cidadãos e para as empresas, pelo que se pretende incentivar a utilização dos meios informáticos pelos utentes dos serviços municipais, com a correspondente redução de custos administrativos. Acresce que, de acordo com o art.º 4.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, diploma que criou o regime geral das taxas das autarquias locais, o Município, em cumprimento do princípio da equivalência jurídica, e respeitando a necessária proporcionalidade, pode fixar taxas com base em critérios de incentivo/desincentivo à prática de certos actos ou operações.



Deste modo, propõe-se a criação de duas taxas distintas para a emissão destas certidões, de acordo com os seguintes parâmetros: - uma redução de 25% dos valores previstos nas alíneas a), b) e c) do ponto 6 do art.º 1.º da Tabela de Taxas e Licenças para a emissão de certidões solicitadas *on-line*, e que serão entregues ao utente via correio, em suporte de papel; - uma redução de 50% daqueles valores para a emissão de certidões solicitadas *on-line* e entregues ao utente pela mesma via.”

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PESSOAL – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA 1 POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO (ÁREA DE ARQUIVO)

– Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “No âmbito das necessidades reportadas nos termos da informação prestada pela Chefe da Divisão de Arquivos, que mereceu a concordância da Senhora Vereadora Dr.ª Francisca Abreu, propõe-se a abertura do procedimento concursal para contratação por tempo determinado, na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, do posto de trabalho acima referido. A presente proposta fundamenta-se na aprovação da candidatura: NORTE-010666 FEDER- 000038 – “Digitalização um processo de acessibilidade e conteúdos e serviços *on-line*”. O posto de trabalho indicado na citada informação está previsto no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 10 de Dezembro de 2010, como necessidade temporária. Assim sendo, a probabilidade de existirem candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, interessados em perder o vínculo que possuem para ocupar o referido posto de trabalho é praticamente nula, ao que acresce a necessidade de se encontrar na situação

prevista no nº 10 do art. 24º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro. Tendo em conta os princípios de racionalização, eficiência e economia de custos que devem presidir à actividade municipal, proponho que seja utilizado o recrutamento excepcional previsto no n.º 2 do art. 10.º da Lei n.º 12-A/2010, sem prejuízo de serem observadas as injunções decorrentes do disposto nos nºs 3, 5, 6 e 7 do artigo 6º da Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, bem como do cumprimento do preceituado no art. 54º da mesma Lei. Atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município.” **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

PESSOAL – PROCESSO DISCIPLINAR N.º 1/2011 – Presente o Relatório Final respeitante ao Processo Disciplinar instaurado à funcionária Maria de Fátima Marques de Sousa Gonçalves, com a categoria profissional de Assistente Técnica, aplicando-lhe a pena disciplinar de suspensão em 60 dias. O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR, COM SETE VOTOS A FAVOR, DOIS CONTRA E UM EM BRANCO, APLICANDO A PENA DISCIPLINAR DE SUSPENSÃO EM 60 DIAS. -----

ACÇÃO SOCIAL – CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE GUIMARÃES – RATIFICAÇÃO DO PLANO DE

ACÇÃO – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Acção Social: “Na sequência da ratificação em reunião de Câmara de 19 de Maio de 2011, do Protocolo de Compromisso celebrado



entre o Instituto de Segurança Social, IP – Centro Distrital de Braga, a Câmara Municipal de Guimarães e a Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, para a constituição do Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) de Guimarães, apresenta-se o Plano de Acção do CLDS de Guimarães já aprovado por unanimidade em reunião do Conselho Local de Acção Social (Rede Social de Guimarães) no dia 24 do corrente mês. O CLDS de Guimarães cuja coordenação estará a cargo da FRATERNA – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, CIPRL em parceria com ADCL e a Sol do Ave, propõem-se promover um programa de desenvolvimento social integrado no período compreendido entre 2011 e 2014 (36 meses). Objectivo geral deste programa é o de implementar respostas e metodologias para promover a inclusão da população socialmente vulnerável bem como a qualificação dos seus agentes de intervenção. As linhas gerais do plano de acção que se apresenta em anexo respeitam os quatro eixos de intervenção previstos no programa: 1. Emprego, Formação e Qualificação (criação de gabinetes de empregabilidade; articulação entre empregadores e potenciais empregados e centros de formação). 2. Intervenção Familiar e Parental (criação de centros de recurso e qualificação para acções de apoio à comunidade). 3. Capacitação da Comunidade e das Instituições (acções de apoio à auto-organização dos habitantes e à criação de associações). 4. Informação e acessibilidade (formação em novas tecnologias da informação orientadas para vários grupos). Considerando o contributo deste programa para o desenvolvimento social do concelho, solicita-se a ratificação deste Plano.” O plano de acção e o protocolo de compromisso dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ACÇÃO SOCIAL – SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE 21 CANDIDATURAS – Presente um ofício da CASFIG, EEM remetendo, para aprovação, uma proposta de aprovação de 21 candidaturas ao Subsídio Municipal ao Arrendamento, aprovado pelo respectivo Conselho de Administração em sua reunião ordinária de 27 de Maio. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea c) do artigo 2.º – Capítulo I, Anexo III, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. --**

II CONCURSO DE ESPANTALHOS DA HORTA PEDAGÓGICA – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS – Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Ambiente: “Com a intenção de repetir o sucesso do ano passado, a Câmara Municipal de Guimarães retoma um conjunto de actividades que pretendem dinamizar a Horta Pedagógica, iniciando com o lançamento do II Concurso de Espantalhos. O II Concurso de Espantalhos pretende inserir uma lógica de ocupação, de dinamismo e de ócio na Horta Pedagógica, abrindo à restante sociedade, unindo gerações e tradições com a arte no mundo rural e incentivando à participação de Escolas e



Associações Vimaraneses. O Concurso dará lugar posteriormente à exposição de espantalhos, denominada "Horta Espantada", e permanecerá durante o período de Verão até Outubro, coincidindo com o início de funcionamento da II fase da Horta Pedagógica alargada para o dobro do espaço. Após a avaliação dos espantalhos por parte do júri, será levada a cabo uma cerimónia onde irão ser divulgados os vencedores e atribuídos os respectivos prémios (3 (três) melhores espantalhos feitos por utilizadores da horta e 3 (três) melhores espantalhos feitos por Escolas e/ou Associações). Neste sentido, submete-se para aprovação, a aquisição dos livros, os quais serão atribuídos aos vencedores do concurso, conforme proposta em anexo." O Regulamento do II Concurso de Espantalhos da Horta Pedagógica dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – ESCOLA EB1/JI TEIXUGUEIRA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "A Escola EB1/JI Teixugueira solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para o dia 21 de Junho para efectuar o transporte dos alunos da EB1/JI no dia 20 de Junho à Cidade. Considerando que se trata de uma actividade de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GIL VICENTE – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 16 de Maio de 2011, que disponibilizou ao Agrupamento de Escolas Gil Vicente o

transporte, em autocarro, dos alunos da EB 2,3 Gil Vicente ao Espaço Saúde Jovem, no dia 30 de Maio. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – CASA DO POVO DE BRITEIROS – Presente a seguinte proposta do Vereador José Manuel Torcato Ribeiro: "A Casa do Povo de Briteiros é uma associação enraizada nas freguesias de Briteiros (São Salvador, Santo Estêvão e Santa Leocádia) cujas valências servem uma comunidade vasta, economicamente débil. Das suas actividades permanentes, que vão desde a cultura e o lazer ao apoio às crianças, a comunidade colhe benefícios que mais nenhuma associação ou entidade local está em condições de oferecer. Com instalações modernas, espaçosas e bem localizadas, a Casa do Povo de Briteiros vive tempos de angústia, consequência, entre outras razões, de actos de gestão passados cujo efeito acumulado se traduz em permanente défice de tesouraria. Não sendo este o momento para ajuizar das opções passadas dos seus dirigentes, é do interesse da comunidade vimaranense, logo da Câmara Municipal de Guimarães, impedir o colapso iminente, pelos efeitos directos e indirectos que isso implicaria numa zona carenciada do município, somando novas dificuldades às dificuldades já existentes. Em nome da coesão social e territorial, urge tomar medidas que permitam à Casa do Povo de Briteiros desempenhar o papel insubstituível que vem desempenhando. Em nome das crianças e dos idosos que frequentam as suas instalações, impõe-se a nossa solidariedade. Assim sendo, a CDU propõe que seja atribuído um subsídio excepcional à Casa do Povo de Briteiros, num montante a determinar, para ultrapassar os problemas de tesouraria que enfrenta e para equilíbrio das suas contas. Mais propõe, que os sócios da Casa do Povo de Briteiros sejam chamados a partilhar



este esforço dos demais Vimaraneses: a) Exigindo aos actuais responsáveis pela gestão, a apresentação de uma auditoria às contas do mandato em curso, realizada por entidade externa, idónea, habilitada e competente, no prazo máximo de 180 dias a contar da data da atribuição do subsídio. b) Promovendo o rejuvenescimento e reforço dos Órgãos Sociais. c) Comprometendo-se a permitir à Câmara Municipal de Guimarães o acompanhamento e monitorização das contas, nos três anos seguintes à entrada do subsídio, caso esta o pretenda fazer.” Sobre esta proposta o Vereador José Torcato Ribeiro disse ter tomado conhecimento, após a apresentação da mesma, de que está a ser trabalhado um modelo para a resolução deste problema, envolvendo entidades vocacionadas para o efeito, nomeadamente a Segurança Social, pelo que entendeu que esta proposta, que teve como objectivo único encontrar uma solução para o caso, deveria ser retirada e, como tal, não sujeita a votação.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE RETIRAR A PROPOSTA. ---

SUBSÍDIOS – CÍRCULO DE ARTE E RECREIO – INAUGURAÇÃO DA REABILITAÇÃO DO BAIRRO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO/FESTA DE S. JOÃO – DIAS 23 E 24 DE JUNHO – Presente a seguinte proposta: “Na sequência dos

contactos frequentes estabelecidos com a Associação de Moradores da Zona Urbana da Conceição no quadro da reabilitação em curso naquele bairro, os moradores formularam o ensejo de promoverem uma Festa de São João com o intuito de assinalar a reabilitação e, particularmente, a sua inauguração, prevista para o próximo dia 24 de Junho. De imediato foi formada uma comissão informal composta por técnicos da Autarquia e pela referida Associação de Moradores, a que se associaram o Círculo de Arte e Recreio, a Cooperativa Fraterna, o Grupo Desportivo da Amorosa,

o Grupo Cultural e Recreativo Os 20 Arautos de D. Afonso Henriques e o Grupo Desportivo, Cultural e Recreativo “Os Trovadores do Cano”, todos disponíveis para colaborarem com o projecto, em razão das suas vocações e capacidades específicas. Do programa proposto constam actuações de artistas e músicos residentes no Bairro e de outros artistas e grupos originários de Guimarães que de imediato acederam a participar. Com o intuito de assegurar uma animação adequada durante os dias 23 e 24 de Junho, solicitam a atribuição de um subsídio num valor €5.000,00 (cinco mil euros) destinada a custear despesas com a decoração, iluminação e som adequados à Festa do S. João, na zona envolvente à Urbanização da Conceição, subsídio que, a ser aprovado, deverá ser pago ao Círculo de Arte e Recreio, uma vez que a Associação de Moradores não se encontra juridicamente constituída. Para além da componente musical realizar-se-á um concurso denominado “Varandas Floridas” através do qual, se pretende envolver todos os moradores na decoração das suas varandas, tendo como temas a Festa de S. João e Guimarães Capital Europeia da Cultura. Assim, para além do referido subsídio, seria necessário que a Autarquia assegurasse os seguintes apoios: Através do DJEC: Despesas com as licenças necessárias para o efeito (SPA e representação). Prevê-se um custo estimado de €250.00 para a SPA; Cedência, transporte, montagem e desmontagem de um palco c/ cobertura (8x7,5 x 4 m); Cedência, transporte, montagem e desmontagem de um sistema de som e técnicos; Cedência de 6 estrados tipo “rosco”; Concepção e impressão de 250 cartaz 50 x 70 a 4 cores; e de 1000 flyers (21x10 cm). A impressão deste material gráfico terá um custo aproximado de €350.00; Seguro de responsabilidade civil que terá um custo estimado de €250,00; Cedência de um Rancho Folclórico no



âmbito do Protocolo celebrado pela CMG c/ os Grupos; Através do DOM: Instalação de uma baixada eléctrica de 44KVA (60 A)/ fase, junto ao palco, na Rua Padre Abílio dos Santos Barbas, para apoio aos concertos. Esta baixada deverá ser ligada no dia 22 e desligada no dia 25 de Junho; Instalação de uma baixada eléctrica de 27 KVA (30 A)/ fase, no início da Rua Padre Abílio dos Santos Barbas, (a confirmar). Esta baixada deverá ser ligada no dia 21 e desligada no dia 25 de Junho; Disponibilização de um electricista, em horário a indicar. Através do DSUA: Colocação de alguns recipientes, tipo balde, limpeza da toda a Zona envolvente e recolha do lixo, nos dias 23 e 24, até às 8h ou 9h da manhã; Cedência e colocação de 15 grades de protecção no dia 22 de Junho Junto ao Palco, na Rua Padre Abílio dos Santos Barbas. A recolha poderá ser efectuada a partir do dia 25 de Junho; Através da DTT: Proibir o trânsito e estacionamento na Rua Padre Abílio dos Santos Barbas, a partir das 00h00 do dia 23 de Junho até às 24h00 do dia 24 de Junho. Através da Polícia Municipal: Vigilância do palco e equipamento, no dia 24 de Junho, das 02 às 10h00. Estes apoios implicam a realização de trabalho extraordinário. Assim, considerando o interesse em corresponder ao empenho e entusiasmo manifestados pelos Moradores do Bairro, como forma de reforçar os seus sentimentos de pertença e auto-estima e de promover acções que envolvam toda a comunidade em torno de um objectivo comum, proponho, ao abrigo do disposto no nº 6 do Artigo 2º do Regulamento municipal nº 606/2010, a atribuição de um subsídio de €5.000,00 (cinco mil euros) ao Círculo de Arte e Recreio, na qualidade de representante da comissão promotora da Inauguração da Reabilitação do Bairro Nª Sr.ª da Conceição/Festa de S. João, bem como a disponibilização dos apoios supra identificados.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica

07 e nas unidades económicas 02.02.12, 02.02.17, 04.07.01 e 06.02.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE PONTE – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente um ofício da Confraria de Nossa Senhora do Rosário, freguesia de Ponte, solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da referida Festa, realizada entre os passados dias 6 e 8 de Maio. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Ponte, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €54,83 (cinquenta e quatro euros e oitenta e três cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE POLVOREIRA – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente um ofício da Confraria de Nossa Senhora do Rosário, freguesia de Polvoreira, solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da referida Festa, realizada nos passados 21 e 22 de Maio. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Polvoreira, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €5,71 (cinco euros e setenta e um cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE PRAZINS SANTO TIRSO – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO



ROSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Prazins Santo Tirso, solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora do Rosário, realizada entre os passados 19 e 23 de Maio. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Prazins Santo Tirso, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €33,49 (trinta e três euros e quarenta e nove centimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE FERMENTÕES – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Fermentões, solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da referida Festa, realizada entre os próximos dias 24 e 29 de Maio. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Fermentões, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €60,95 (sessenta euros e noventa e cinco centimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE AZURÉM – FESTA EM HONRA DE SANTO ANTÓNIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Comissão de Culto da Capela de Santo António d’Arcela, freguesia de Azurém, solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de

iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Santo António, a realizar entre os passados dias 8 e 13 de Junho. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Azurém, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €31,86 (trinta e um euros e oitenta e seis cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BRITEIROS SANTO ESTEVÃO – FESTA DO CORPO DE DEUS – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um pedido da Comissão de Festas do Corpo de Deus, freguesia de Briteiros Santo Estêvão, solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da referida Festa, a realizar entre os próximos dias 17 e 23 de Junho. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Briteiros Santo Estêvão, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €22,69 (vinte e dois euros e sessenta e nove cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E VINTE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----